

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 528.601 - SP (2019/0248789-3)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : ROGER AUGUSTO DE CAMPOS CRUZ
ADVOGADO : ROGER AUGUSTO DE CAMPOS CRUZ - SP246533
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RONALD ALFONSO LOPEZ ZAMBRANO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em favor de **RONALD ALFONSO LOPEZ ZAMBRANO**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta dos autos que o paciente foi condenado à pena de 2 anos e 10 meses de reclusão, em regime inicial fechado, e pagamento de 13 dias-multa.

Impetrado *habeas corpus* na origem, a ordem não foi conhecida. O acórdão restou assim ementado:

"*HABEAS CORPUS* - MODIFICAÇÃO DE SENTENÇA CONDENATÓRIA - VIA IMPRÓPRIA - HIPÓTESE DE APELAÇÃO - ORDEM NÃO CONHECIDA." (e-STJ, fl. 236)

Neste *writ*, o impetrante sustenta, em síntese, constrangimento ilegal consistente na imposição do regime inicial fechado, sem que tenha havido motivação idônea. Afirma que a aplicação do regime fechado fundamentou-se exclusivamente na condição de reincidente do paciente.

Requer a concessão da ordem para que seja fixado o regime inicial semiaberto.

O pedido liminar foi indeferido (e-STJ, fl. 247).

Em parecer proferido às fls. 289-191 (e-STJ), o Ministério Público Federal manifestou-se pela concessão da ordem, fixando-se o regime inicial semiaberto.

É o relatório.

Decido.

Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

Feitas tais considerações, passo à análise dos fundamentos do *writ*, de forma a aferir a eventual ocorrência de flagrante ilegalidade a justificar a concessão da ordem de ofício.

Com efeito, o regime inicial fechado foi fixado na sentença nos seguintes termos:

"REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO DE PENA. O acusado Ronald deverá cumprir a reprimenda imposta em regime fechado, na forma do artigo 33, §3º, do Código Penal, não sendo aplicável a Súmula 269 do STJ, uma vez que é reincidente específico, multireincidente em crimes contra o patrimônio, denotando fazer do

Superior Tribunal de Justiça

alheio o seu meio de vida e revela personalidade incompatível com o cumprimento de pena em regime intermediário." (e-STJ, fl. 218)

Conforme se observa, o regime mais severo foi fixado em razão da recidiva, tendo sido destacado que o paciente é reincidente específico e multirreincidente. Importa consignar, ainda, que uma das qualificadoras incidentes no crime de furto consumado foi valorada na primeira fase da dosimetria como circunstância judicial desfavorável.

Desse modo, não obstante a pena do paciente tenha sido estabelecida em patamar inferior a 4 anos de reclusão, a reincidência aliada à análise desfavorável de circunstância judicial autoriza, no caso, a fixação do regime inicial fechado, inexistindo, portanto, ilegalidade a ser sanada, de ofício, nessa via.

Destaca-se, ainda, que, nos termos da jurisprudência consolidada neste Tribunal, "somente quando favoráveis as circunstâncias judiciais é que há a possibilidade de fixação do regime semiaberto ao reincidente com pena inferior a 4 (quatro) anos". (HC 148.497/DF, Rel. Min. JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 17/05/2011).

Nesse sentido:

"[...]

Ainda que o *quantum* da reprimenda definitiva seja inferior a 4 anos de reclusão, o paciente é reincidente e possui circunstância judicial desfavorável, tanto que a pena-base foi arbitrada acima do mínimo legal, assim, não há que se falar em regime diverso do fechado. Pelas mesmas razões, é inviável a substituição da prisão por penas restritivas de direitos, incidindo as vedações do art. 44, incisos II e III, do Código Penal.

- *Habeas corpus* não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para reduzir a pena definitiva do paciente ao novo patamar de 1 ano de reclusão, em regime prisional inicial fechado, e 10 dias-multa, mantidos os demais termos da condenação."

(HC 512.059/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 13/08/2019, DJe 02/09/2019)

Ante o exposto, **não conheço** do *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Ministro